

Déficit recorde nas contas externas

■ Rombo de US\$ 24,3 bilhões na conta corrente do país é maior desde 83, mas foi coberto em parte por aporte de capital externo

VLADIMIR GRAMACHO

BRASÍLIA — Cresceu o buraco das contas externas brasileiras: o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos bateu em US\$ 24,3 bilhões, equivalente a 3,27% do Produto Interno Bruto (PIB), contra 2,49% do PIB no ano de 1995. Esse rombo foi produzido pela soma do déficit de US\$ 5,54 bilhões na balança comercial (importações maiores que exportações), mais US\$ 21,7 bilhões na conta de serviços (pagamento de juros, fretes, remessas de lucros, etc.), já deduzidos US\$ 2,89 bilhões que brasileiros no exterior mandaram para o país.

Foi o pior resultado da conta corrente desde 1983, quando o déficit chegou a 3,61% do PIB. Mas há, sem dúvida, uma larga diferença entre a situação daquele ano, quando o dinheiro externo minguou e o país amargava a crise da dívida externa, e hoje: o buraco de US\$ 24,34 bilhões foi facilmente financiado por capitais externos, e os investimentos estrangeiros diretos superaram as expectativas mais otimistas, cobrindo, assim, 38,8% do déficit em transações correntes.

Afluxo — Em 1996, o volume de investimentos diretos foi de US\$ 9,44 bilhões, um crescimento exuberante se comparado com os US\$ 3,92 bilhões que

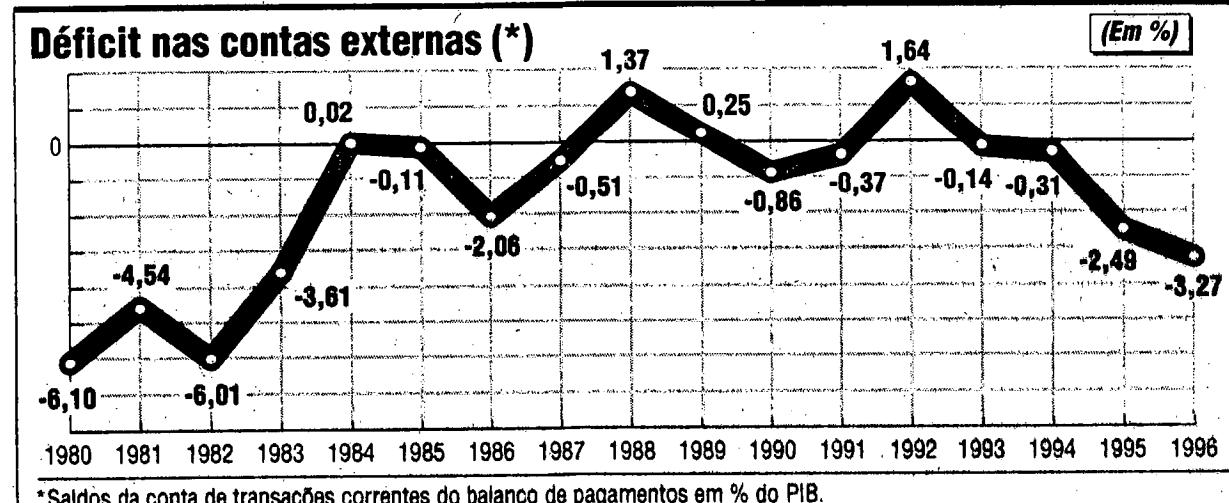
entraram no país em 1995. Foram recursos aplicados em aquisições ou ampliações de empresas, inclusive em estatais privatizadas.

Além desses capitais, considerados de boa qualidade, porque vão estimular a produção e, em consequência o emprego, entraram no país mais US\$ 6,1 bilhões, que representam o saldo das aplicações de estrangeiros nas bolsas brasileiras (portfólio) e US\$ 17,1 bilhões em outros empréstimos.

O estoque de divisas do país chegou a US\$ 60,1 bilhões, e esse dinheiro não só cobriu o déficit, mas ainda permitiu a acumulação de mais US\$ 8,3 bilhões nas reservas internacionais, que passaram de US\$ 51,8 bilhões para US\$ 60,1 bilhões (no conceito de liquidez internacional).

“Essa é a diferença. Durante a crise da dívida não havia capital externo para financiar o déficit na conta de transações correntes”, disse ontem o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, ao divulgar os dados externos do país registrados no ano passado. Segundo ele, o déficit de 1996 “não é alarmante”.

Transgressão — Perigoso ou não este limite, o país transgrediu uma regra não escrita, mas que vinha pautando a ob-



Fonte: Banco Central

servação dos investidores estrangeiros desde a crise do México: 3% do PIB é o teto para um déficit em conta corrente saudável. Mais do que isso, acenderia o sinal amarelo. A rigor, o próprio mercado hoje é mais condescendente com esse número, desde que sua trajetória não seja crescente.

Transações correntes é uma conta em dólares que o Brasil utiliza em suas operações com outros países. Uma espécie de cheque especial. Se o país gasta mais do que recebe, precisa de dólares para cobrir o buraco, que podem vir de novos investimentos estrangeiros no país ou das reservas internacionais.

O Brasil pagou, no ano passado, a título de juros da dívida externa, US\$ 12,8 bilhões. Esse

é, de longe, o item mais pesado da balança de serviços, que também inclui as despesas de brasileiros com viagens ao exterior (US\$ 4,4 bilhões) e contratações de transportes (US\$ 6,2 bilhões), entre outros.

O Banco Central avalia que

foi bom o desempenho na captação de recursos no mercado financeiro internacional, com prazos maiores de resgate, e custos menores. Entre empresas e papéis do governo, houve 366 emissões no ano passado, sendo que em 1995 foram feitos 258 lançamentos de títulos no exterior.

O prazo médio de captação (que indica o risco de cada país) subiu de 6,2 anos para 7,7 anos. Além disso, o spread (adicional de risco sobre a taxa paga pelos

títulos do Tesouro dos Estados Unidos) caiu de 517 pontos em 1995 para 407 pontos em 1996. Em dezembro, a Petrobras conseguiu captar US\$ 125 milhões num mercado antes inexplorado, o austriaco, por um prazo de 8 anos, pagando um spread de apenas 308 pontos.

□ O Conselho Monetário Nacional (CMN), em reunião extraordinária do último dia 8, publicada no Diário Oficial de ontem, abriu uma exceção ao autorizar o governo do Mato Grosso a utilizar recebíveis (crédito futuro de ICMS) como garantia dos 20% de sinal exigidos no programa de ajuste fiscal dos estados. A decisão garante tramitação tranquila ao pedido de empréstimo do Mato Grosso junto ao Senado.